

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO CORREGEDORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO

Procedimento CGA nº 003/2016

Interessado: Corregedoria Geral da Administração

Unidade: Departamento de Polícia Judiciária – DEINTER/7 - Sorocaba.

Secretaria: Segurança Pública

Assunto: Fiscalização sobre a concessão das diárias de que trata o Decreto nº 48.292/2003,

alterado pelo Decreto nº 48.580/2004 e Decreto nº 49.878/2005.

Senhor Presidente,

O presente procedimento foi instaurado, para acompanhamento por amostragem das despesas para cobrir pagamentos de diárias (código -33901401) da Unidade Gestora Executora 180106 — Departamento de Polícia Judiciária — DEINTER/7 - Sorocaba, vinculada a Secretaria da Segurança Pública (fls. 02).

Em complemento aos trabalhos realizados no procedimento correcional, em 03/12/15, por meio do Ofício CGA nº 2085/15, foram solicitadas cópias dos atestados de frequência relativos aos períodos de recebimento de diárias indicadas dos servidores:

bem como os recibos de diárias, com relatórios de viagens e autorização do superior imediato (fls. 03).

Em 23/12/15, aportou nesta CGA, o ofício nº 294/2015, enviado pelo DEINTER – 7 - Sorocaba, juntamente com a documentação solicitada (fls. 09/95).





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO' CORREGEDORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO

Do material angariado, observou-se que, os recibos das diárias recebidas, convocações e autorizações de viagem, que ensejaram o pagamento de diárias estão juntados aos autos, não se constatando nenhuma irregularidade.

Diante do exposto, entende-se que os autos podem ser arquivados definitivamente, tendo em vista que não há nada mais a ser acrescentado.

Com essas considerações submete-se a matéria à deliberação desta Presidência.

CGA, em 27 de janeiro de 2016.

Rene Fernando Cardoso Corregedor



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO CORREGEDORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO

Procedimento CGA n.º

003/2016

Interessado:

Corregedoria Geral da Administração

Assunto:

Referente aos pagamentos com diárias realizados pelo regime

normal, no âmbito da Secretaria de Segurança Pública, pelo

Departamento de Polícia Judiciária - DEINTER 7.

Nos termos do relatório correcional de fls. 98/99 providencie o Centro Administrativo o arquivamento definitivo do feito.

CGA, de julho de 2016.

